

Collor apela à desobstrução das votações

125

22 NOV 1991

GAZETA MERCANTIL

por Eugênia Lopes de Brasília

O presidente Fernando Collor de Mello fez um apelo veemente ontem pela manhã, no Palácio do Planalto, para que os partidos de oposição no Congresso Nacional não obstruam a votação de "matérias extremamente importantes para o País", como o Orçamento, a reforma tributária, a regulamentação dos portos, a lei de propriedade industrial, entre outras.

"Eu apelo às bancadas de oposição no Congresso Nacional que por favor deliberem, por favor estejam presentes, não saiam do plenário, deliberem, vamos para o voto, vamos votar", enfatizou o presidente, lembrando que existem pouco mais de vinte dias úteis para que o Congresso Nacional entre em recesso parlamentar.

Durante a entrevista, que durou 24 minutos, Collor ressaltou que é impossível haver uma "flexibilização" na questão dos vetos presidenciais com relação à política salarial. "Eu gostaria muito de poder fazer isso, mas o País não aguenta", disse. Na última quarta-feira, os partidos de oposição decidiram obstruir todas as votações de interesse do governo no Congresso Nacional até que o presidente Fernando Collor disponha a negociar um acordo para a elevação do salário mínimo. Na ocasião, a bancada da oposição não conseguiu reunir o apoio da maioria absoluta do plenário (252 deputados) necessário para derrubar os vetos presidenciais e elevar o valor do salário mínimo.

Para o presidente Collor a questão da elevação do salário mínimo precisa ser analisada de maneira global. Ele lembrou que daqui a quarenta dias o salário mínimo será reajustado, com base na inflação passada, mais um percentual de ganho real. "Eu sei que a sociedade brasileira está cansada do sacrifício que vem sendo imposto a ela, mas agora nós temos um horizonte, nós temos um programa. Não pode ser com uma decisão emocional, que nós joguemos todo esse trabalho e esforço feitos fora", destacou.

Collor assegurou ainda que este mês a cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) irá sofrer um aumento. Segundo o presidente, como ocorreu uma elevação na arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e o FPM é constituído por uma parcela desses impostos, "a receita do fundo irá ser bem melhor do que a do mês passado". Em razão da queda apresentada em outubro no repasse das cotas do FPM pela União para as prefeituras, vários municípios — principalmente os pequenos e médios — se encontram em greve. As grandes cidades têm recursos próprios como IPTU e ISS, além do FPM que é repassado pela União.

Nesse ponto, o presidente Collor lembrou que as propostas de reforma tributária, que se encontram no Congresso à espera de apreciação, não são em relação ao FPM. Um dos pontos das mudanças propostas pelo governo prevê uma redução de 25 para 20%, por um prazo determinado de dois anos, na transferência do ICMS dos estados para os municípios. "Naturalmente essa contribuição dos municípios no processo de reforma fiscal é uma colaboração que eu tenho certeza em nada irá afetá-los", falou o presidente. De acordo com Collor, cerca de 80% dos municípios brasileiros têm no FPM sua maior fonte de arrecadação e, com as medidas propostas, somente as grandes cidades é que sofrerão impacto maior com essa redução de 5% em relação ao repasse do ICMS.

Essa diferença será utilizada, segundo o presidente, para o refinanciamento das dívidas dos estados. "Para os estados acertarem as suas contas do passado, nós precisamos ter recursos. Agora, esses recursos não podem ser de fontes inflacionárias, porque se não nós colocamos uma raposa dentro do galinheiro", enfatizou Collor.

"Por favor, vamos votar"

Eis a íntegra da entrevista concedida pelo presidente Fernando Collor de Mello ontem no Palácio do Planalto.

Pergunta: Como o senhor está vendo essa questão dos vetos à política salarial?

Presidente: Eu aguardo que o Congresso Nacional possa deliberar sobre a questão dos vetos.

Nós temos muito pouco tempo, até o final da sessão legislativa, temos matérias extremamente importantes para o País na ordem-do-dia para ser votada, para serem votadas após a apreciação dos vetos, tais como o Orçamento, a questão da reforma tributária, da regulamentação dos portos, propriedade industrial, e assim por diante.

Temos pouco mais de 20 dias úteis, até o final da sessão legislativa, e eu tenho certeza que o Congresso Nacional saberá cumprir com as suas atribuições, oferecendo à sociedade brasileira uma resposta positiva às matérias que já foram elencadas para serem votadas até o final dessa sessão legislativa.

Pergunta: Agora (inaudível) pelo governo ter tantas matérias de interesse de serem aprovadas no Congresso, a oposição acredita que o governo poderia ceder mais nessa questão da política e se o governo não fizer isso eles acenam com a possibilidade de obstruir a votação dos vetos à política salarial?

Presidente: Não há matérias do interesse do governo; "estricto sensu", há matérias do interesse do País, nós não estamos falando de questões que sejam pró ou a favor do governo, mas sim em questões que são pró ou contra os interesses nacionais, há um consenso de que as matérias que lá estão sob a apreciação do Congresso Nacional, são matérias de extrema relevância e importância para o futuro da Nação e do País, e naturalmente o que nós desejamos é apenas que se delibere, o que nós esperamos, é que as bancadas no Congresso Nacional deem condições de se deliberar, de se votar.

Pergunta: O governo estaria disposto a negociar para evitar uma obstrução por parte da oposição, presidente?

Presidente: Estes vetos já estão colocados no Congresso, há várias semanas, por que somente agora que vem se tratar da questão de se negociar os vetos?

Nós temos aí alguns exemplos, para serem citados, quer dizer, os vetos que foram colocados por mim, à chamada lei salarial, não foram porque eu assim achei conveniente por uma questão pessoal, mas é porque isso está conciliado com as nossas disponibilidades, nós estamos vendo aí o movimento dos prefeitos reclamando pela falta de recursos, imaginem se o salário mínimo oficial estivesse mais alto, eles não teriam condições de gerir as suas finanças. Na questão dos aposentados também, na questão dos 147%, eu gostaria muito de poder conceder os 147%, eu como cidadão, mas como presidente da República, investido nas responsabilidades que eu estou, e obediente à lei como eu sempre devo estar, e à Constituição eu não posso fazê-lo, do ponto de vista legal, porque pedi um estudo a um grupo de juristas do governo e eles deram a interpretação de que não cabia os 147%, portanto eu não posso contrariar um parecer que me foi dado em termos oficiais, e em segundo lugar, porque não há disponibilidade na Previdência, para fazer esse pagamento.

A Previdência é um doente que está agora se recuperando, e que no momento em que ela está se recuperando nós não podemos colocar sobre ela uma carga excessiva de obrigações, porque isso vai, num futuro, se isso acontecer, num futuro muito próximo, vai inviabilizá-la de tal maneira que nem sequer os benefícios que hoje estão sendo concedidos estarão garantidos no futuro.

Então, é necessário que se verifique a questão de um modo global, já em janeiro do ano

que vem, daqui portanto a 40 dias, nós teremos o reajuste do salário mínimo, com base na inflação passada e mais um ganho real, nós já... os diversos institutos, e já comprovamos isso pela divulgação que foi dada, esses diversos institutos demonstraram que o crescimento do salário mínimo foi maior do que o da inflação neste mesmo período, então nós temos que ter um pouco de calma, paciência, eu sei que a sociedade brasileira já está cansada do sacrifício que vem sendo imposto a ela, mas agora nós temos um horizonte, nós temos um programa, nós temos uma... metas bem definidas, nós sabemos os caminhos que nós temos que trilhar, para atingirmos essas nossas metas e não pode ser com uma decisão emocional, que nós joguemos todo esse trabalho e esse esforço que foi feito fora, é necessário que haja prudência, é necessário que haja temperança, é necessário que haja sobretudo responsabilidade.

A questão que está sendo votada no Congresso, a questão dos vetos é simplesmente... e de uma maneira curta e objetiva, isso acontecendo, não há a menor condição, nem da Previdência fazer face a esses encargos, nem aos Estados e Municípios, também de arcarem com essas despesas suplementares. Esta é a realidade.

Uma outra questão que está sendo colocada e, voltando a questão dos prefeitos, vem-se dizendo não que o Governo não vem repassando às Prefeituras Municipais, mas você precisa saber a composição da receita das prefeituras. As prefeituras, na sua imensa maioria, têm duas grandes fontes de receita: uma é o ICMS, de acordo com a alíquota estabelecida pelos governos dos estados, para cada um dos municípios e é repassada uma parcela do ICMS que o Estado recolhe; a outra parcela vem do FPM, que é Fundo de Participação dos Municípios, repassada pela União. Esse Fundo de Participação dos Municípios é constituído por uma quota parte do que se recolhe do Imposto de Renda e do que se recolhe do IPI. Se há uma queda na arrecadação do Imposto de Renda e uma queda na arrecadação do IPI, naturalmente a quota parte dessa arrecadação também diminui. Foi isso que aconteceu no mês passado, em relação ao recolhimento de agosto, que realmente foi baixo, mas os dados que me chegaram antes de ontem que me comprovam isso, de que isso será já restabelecido, porque a arrecadação voltou a melhorar, reagiu houve uma série de medidas tomadas pelo Ministério da Economia, e portanto, aumentando a arrecadação do Imposto de Renda, aumentando a arrecadação do IPI, aumenta consequentemente a quota parte do Fundo de Participação dos Municípios para os municípios brasileiros.

Agora, podem estar certos de que a receita do FPM irá ser bem melhor do que a do mês passado, que eles receberam.

Pergunta: Agora... (inaudível) nenhuma reação dos prefeitos em relação a uma das propostas de reforma constitucional que o Governo mandou ao Congresso, que prevê a diminuição desse repasse do Fundo de Participação dos Municípios?

Presidente: Não. A diminuição que se propõe na reforma tributária não é em relação ao FPM. O que se propõe é por um prazo determinado, durante dois anos, 5% em relação a arrecadação do ICMS. Isso, naturalmente, essa contribuição dos municípios ao processo de reforma fiscal, de ajuste fiscal, é uma colaboração, que eu tenho certeza, em nada irá afetá-los, tão dramaticamente como alguns estão querendo fazer crer. Por que? Porque 80% dos municípios brasileiros, se não for mais, eles têm no FPM, a sua grande fonte de arrecadação, porque o ICMS, como nós sabemos, ele é tanto maior quanto mais atividade de comércio tiver o município, quanto mais consumo tiver o município. E nós sabemos que os municípios grandes nesse País são uma minoria diante dos quatro mil, que são municípios médios e pequenos. Portanto, 5% em relação ao ICMS, durante um período determinado de dois anos, terão um impacto pequeno na imensa maioria das prefeituras. Terão um impacto maior nas prefeituras maiores, que recolhem mais e têm maior atividade de comércio e, portanto, recolhem mais e têm maior atividade de comércio, e portanto recolhem mais ICMS.

Mas o que vai acontecer, pra que, por que isso, nós colocamos? Porque os estados brasileiros, como todos nós sabemos, estão com uma situação financeira muito difícil, têm dívidas com a União pesadas, sobretudo com a Caixa Econômica. Então, era necessário, para

que eles saiam desse sufoco, saiam desse aperto, que as dívidas deles pudessem ser renegociadas. Mas, para serem renegociadas essas dívidas a União precisaria ter dinheiro. Quais são as formas de ter dinheiro? Ou emitindo títulos ou emitindo moeda. Todas essas duas fontes são altamente inflacionárias. E sendo fontes inflacionárias conspira contra o plano de estabilização. Então nós tínhamos que buscar recursos de fontes não inflacionárias, ou seja, de recursos já existentes. Fizemos uma ampla discussão, que todos acompanharam, havíamos colocado inúmeras alternativas de onde se buscar esses recursos, de fontes já existentes, alguns deram a sugestão de que tal fonte não podia, outros de que tal fonte seria possível e chegamos a esse consenso.

Quer dizer, os 5% em relação ao recolhimento do ICMS vai pesar mais para os municípios maiores. Bom, agora, refinanciando as dívidas dos estados o que vai acontecer? Esses estados terão condição de voltar a ter acesso aos financiamentos da Caixa Econômica. Voltando a ter acesso aos financiamentos da Caixa Econômica ele vai ter condições de investir nos seus estados e seus municípios. Quer dizer, isso é uma questão que parece que causa algum prejuízo aos municípios maiores, mas que será compensado rapidamente pelo fluxo que o dinheiro terá que percorrer, e será rápido. O que hoje acontece é que os estados estão imobilizados em termos de investimentos, porque têm dívidas enormes. Eu estou citando aqui a Caixa porque é a maior fonte de financiamento para as obras dos estados brasileiros, quer dizer, estão inteiramente imobilizados porque o inadimplência, em relação à Caixa Econômica, que não pode em prestar dinheiro enquanto eles não acertarem suas contas do passado. E para acertarem as suas contas do passado nós precisamos ter recursos. Agora, esses recursos não podem ser de fontes inflacionárias, porque senão seria nós colocarmos uma raposa dentro do galinheiro.

Pergunta: Presidente, o senhor acha que a saída para a arrecadação seria aquela taxa-ção de 1% sobre as transações bancárias, propostas pelo Congresso?

Presidente: A ideia, a tese é boa. A tese é boa. E, à primeira vista, se isso for colocado, (...) bom, hoje nós temos aí 57 ou 58 impostos, taxas e contribuições, e tal, o que vocês acham de acabarmos com tudo isso e criarmos um único imposto? A primeira resposta, por ser de fácil entendimento essa argumentação: Ah, é muito melhor ter um imposto só, como vem sendo proposto.

Bom, mas nós temos que eleger prioridades. Qual é a nossa prioridade? Nossa prioridade é o ajuste fiscal. O que é o ajuste fiscal? O ajuste fiscal é uma política de arrecadação e de gastos. Quer dizer, nós estamos tentando arrecadar mais recursos, e diminuindo os nossos gastos, para combater o déficit público, que no caso específico do Brasil é a fonte, o ponto de inflamação do processo inflacionário.

Bom, para nós fazermos isso, nós precisaríamos já estar num clima de estabilidade econômica, porque é uma mudança radical no sistema tributário nacional. É como dar um salto no escuro. A tese é boa, mas nós não temos, na prática, como agora, a não ser que seja colocado em prática, comprovar do sucesso ou do acerto dessa eventual adoção do imposto único. Então eu acho que a proposta que surgiu, a alter-

nativa, ela está boa, ou seja, que se aprecie os pontos da reforma tributária e que se adicione essa questão do imposto único, e vamos fazer um teste. Agora, acabar com o sistema tributário hoje vigente, e estabelecer o de 1% é uma mudança muito drástica e que não nos dá a certeza do sucesso, no momento em que buscamos o ajuste fiscal, no momento em que buscamos a arrecadação. Se tivéssemos certeza, se nós tivéssemos pelo menos um outro país do mundo, onde essa tese já estivesse vingando, já tivesse trazido efeitos positivos, mas nós não temos. Mesmo as sociedades dos países mais desenvolvidos, não é assim que a coisa funciona. Então, se eles ainda não aplicaram, talvez seja exatamente porque ainda persistem algumas dúvidas quanto à sua eficácia, no sentido de, quando da sua aplicação fazer retornar à União, ou aos países que estariam aplicando isso, os recursos necessários para gerir as finanças públicas.

Pergunta — Presidente, a argumentação do senhor é bem objetiva em relação à reforma tributária e na questão do "emendação". Por que as oposições não percebem, não entendem, não captam essa mensagem da mesma forma que o senhor está transmitindo e acenam com a obstrução?

Presidente: Olha, eu tenho que fazer aqui um reconhecimento, em todos os instantes, as decisões que foram tomadas, pelo Congresso Nacional, foram decisões compartilhadas, decisões em que todos participaram, governo, oposição, porque como eu disse, mesmo antes da campanha, mesmo antes da eleição, durante a campanha, fosse qual fosse o presidente que viesse a ser eleito, ele teria que governar dentro de um amplo consenso, ele teria que governar dentro de um amplo entendimento, seja lá o nome que for, mas teria que governar dentro de um espaço em que todos nós pudéssemos nos encontrar em busca do interesse comum, do interesse nacional, e isso nós temos conseguido, e as oposições tem tido uma... com algumas exceções, em alguns momentos, mas elas têm trabalhado de uma forma a colaborar com o País, e temos compartilhado as nossas decisões.

Naturalmente essa questão da política salarial ela faz ressurgir, talvez um certo clima de eleição, um certo clima de contato direto com uma realidade difícil como essa que estamos vivendo, e por isso esteja havendo esse trabalho de obs-

trução, que nós pretendemos, o que nós apelamos, eu apelo às o que nós, de oposição no Congresso Nacional, é que, por favor estejam presentes, não saiam do plenário, deliberem, vamos para o voto, vamos votar.

A grande diferença que há entre aqueles que tentam obstruir e a nossa posição é que nós temos os argumentos para demonstrar, de uma maneira clara, de que é impossível haver uma flexibilização nessa questão dos vetos, eu gostaria muito de poder fazer isso, mas o País não aguenta, eu não posso cometer atitudes que não sejam de absolutamente responsável, de vigilância para com as nossas finanças, do que adiantaria nós num arroubo de emoção e num momento... muito bem, vamos então fazer esse... atendo esse percentual que agora estão solicitando, de indexação, disso, daquilo ou daquilo outro. A Previdência não aguenta, a situação da Previdência é de extrema dificuldade como todos nós sabemos, nós já votamos esse ano lei de custeio de benefício da Previdência Social, de acordo com a determinação constitucional, estendendo aos aposentados na zona rural o piso de um salário mínimo na sua aposentadoria, estamos tentando melhorar a arrecadação da Previdência, combatendo a corrupção dentro da Previdência, as fraudes, lutando com todas as armas que nós dispomos, para recuperar um organismo doente da Previdência.

Então neste momento em que estamos tentando recuperar, seria uma ação contra os interesses dos próprios aposentados, nós agirmos de uma forma diferente daquela que nós estamos tentando mostrar ao Congresso Nacional, que é adequada ao interesse nacional.

Por isso que a solicitação que eu faço, como chefe de Estado, muito mais do que como Presidente e chefe de governo, às bancadas de oposição no Congresso Nacional, é que deliberem, deliberem e deixem talvez um pouco de lado as pressões que eventualmente estejam recebendo de grupos a, b ou c e que pensem no País, o Brasil precisa mais do que nunca, que todos nós estejamos unidos pensando nele, no futuro deste país, porque ou nós saímos dessa situação de dificuldades por que estamos passando agora, ou então a nossa inserção, ou então a nossa participação de uma forma ativa nesse novo mundo que está sendo construído aí, estará definitivamente comprometida. Obrigado.